

Lei

Paulo Gustavo

Céu Azul - Pr

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº **05/2024** TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº **01/2024 - Apoio ao Audiovisual -**, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (**DECRETO DE FOMENTO**).

1. PARTES

- 1.1 O Município de Céu **Azul/PR**, neste ato representado pelo Sr. Laurindo Sperotto, Prefeito de Céu Azul/PR e o(a) AGENTE CULTURAL, **Joice Aline Camelo da Cruz**, portador do RG no **109370100**, expedida em SESP **PR**, CPF no **103.470.999-20**, representante da **FUNDAÇÃO CULTURAL DE CÉU AZUL**, inscrita no CNPJ **72.157.886/0001-92** situada no **endereço Avenida Nilo Umberto Deitos**, número **1426**, bairro **Centro**, Céu Azul/Pr CEP **85840-000**, contato **(45) 99808-2252**, e-mail **fundacaocultural.ceuazul@gmail.com** resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo **com** as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de **ações** culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR No 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Documentário Balé e Danças Urbanas Fundação Cultural de Céu Azul**, contemplado no conforme contemplado no edital **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024 - Apoio ao Audiovisual**.

p i
a

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros **para a** execução do presente termo totalizam o montante de RS **3.313,13, Três mil, Trezentos** e treze com **treze** centavos.

4.2. **Serão** transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no **Banco do Brasil**, agência **1770-1**, conta corrente **16.987-0** para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos **de ativos financeiros** poderão ser aplicados **para** o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização **prévia**.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do município de Céu Azul:

1) transferir **os** recursos **ao(a)AGENTE CULTURAL**;

- II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
- III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
- IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
- V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
- VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

- I) executar a ação cultural aprovada;
- II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
- III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
- IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
- V) prestar informações ao município de Céu Azul: seja in loco, ou por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 5 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
- VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo município de Céu Azul, através da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Recreação, a contar do recebimento da notificação;
- VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
- VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
- IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
- X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural; XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

pic e

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações in loco.

7.2 O agente público responsável elaborará relatório de visita de verificação e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II

II I - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução do objeto, caso considere que não foi possível aferir na visita de verificação que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado; ou

III recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.1 Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o item 7.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I-determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução do objeto, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes;

III - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento

parcial do objeto foram insuficientes; **ou**

IV - aplicar **sanções** ou decidir pela rejeição da prestação de informações, **caso** verifique que não **houve o** cumprimento **integral** do objeto **ou o** cumprimento **parcial** justificado, **ou caso identifique irregularidades no** relatório de execução **financeira**.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo **de** execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo. 8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - **prorrogação de vigência** realizada de ofício pela administração pública quando der causa a **atraso na liberação de recursos**; e

II - **alteração do projeto sem modificação** do valor global do instrumento e sem modificação **substancial do objeto**.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo **de recursos será** automaticamente mantido **na conta, a fim de** viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 **As** alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo **agente** cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia **da** administração pública.

8.6 **Nas** hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

pic
e

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os **bens** permanentes adquiridos, produzidos **ou** transformados em **decorrência da** execução **da** ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da **sua**

aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente **Termo de Execução Cultural** poderá ser:

I-extinto por decurso **de prazo**;

II-extinto, de comum acordo antes **do prazo** avençado, mediante **Termo de Distrato**;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito **ao** outro partícipe; ou

IV - rescindido, por **decisão** unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, **mediante** prévia **notificação** por escrito **ao** outro **partícipe, nas** seguintes hipóteses:

a) descumprimento **injustificado** de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade **ou** inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

c) violação **da legislação aplicável**;

d) cometimento de **falhas** reiteradas na execução;

e) **má administração de recursos** públicos;

f) constatação de falsidade **ou fraude nas informações ou documentos** apresentados;

g) não atendimento às recomendações **ou** determinações decorrentes da fiscalização;

h) outras hipóteses **expressamente previstas na legislação aplicável**.

10.2 A denúncia **só** será eficaz **60 (sessenta) dias após** a data de recebimento da notificação, ficando os **partícipes responsáveis somente** pelas obrigações e **vantagens** do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

10.3 Os **casos de rescisão unilateral** serão formalmente motivados nos **autos** do **processo** administrativo, assegurado o contraditório e a ampla **defesa**. O prazo **de defesa** será de **10 (dez)** dias da abertura de **vista** do **processo**.

10.4 Na hipótese **de irregularidade na execução** do objeto **que enseje dano ao** erário, deverá ser

instaurada **Tomada de Contas Especial** caso os valores **relacionados à irregularidade não sejam** devolvidos no prazo estabelecido **pela Administração Pública**.

10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo **não previstas** na legislação aplicável ou **neste instrumento** poderão ser negociados entre as **partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato**.

11. SANÇÕES

11.1 **Nos** casos em que for verificado que a **ação cultural** ocorreu, **mas** houve inadequação na execução do objeto ou **na** execução financeira sem **má-fé**, a autoridade pode concluir **pela aprovação** da prestação de **informações** com ressalvas **e aplicar sanção de** advertência ou multa. **11.2 A decisão sobre a sanção** deve ser precedida de abertura de **prazo para** apresentação de **defesa** pelo AGENTE CULTURAL.

11.3 **A** ocorrência de caso fortuito ou **força** maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

Jo
ic
e

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 O município **de Céu Azul** realizará monitoramento **das** ações, através de relatórios, por meio de servidores públicos destinados para este fim através **da** Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Recreação.

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento **terá início na** data de assinatura das partes, com duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado **por, no máximo, 30 (trinta) dias**.

14.

PUBLICAÇÃO

14.10 Extrato do Termo **de** Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do município.

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro **de** Matelândia **para** dirimir quaisquer dúvidas relativas ao **presente** Termo **de** Execução Cultural.

Céu **Azul**, 03 de dezembro **de** 2024.

Pelo órgão:

Gabriela Líia Deitos

Secretária Municipal de Cultura, **Esporte**, Lazer e Recreação **de Céu Azul**.

Pelo Agente Cultural:

Joi

ce

**Aline Gamelo De
Croz.**

Da

fai
ce